

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA**

**INTERNATIONAL COOPERATION, FOOD ASSISTANCE, AND BRAZILIAN
FOREIGN POLICY**

Thiago Lima (UFPB)
thiagolima3@gmail.com

Flávia Belmont (UFPB)
flaviabelment@hotmail.com

Atos Dias (UFPB)
atosrabi@gmail.com

Resumo: O Brasil, a partir dos anos 2000, começou a visar a sua consolidação como doador pleno na cooperação Sul-Sul, principalmente no que tange à cooperação técnica. O Estado brasileiro, porém, enfrenta problemas sérios relacionados à injustiça social, à pobreza, à corrupção e à infraestrutura. Uma das perguntas mais recorrentes e que suscita discussões acaloradas é a seguinte: o que justificaria o interesse do Brasil em cooperar internacionalmente ao invés de combater os problemas internos? Ao lidar com essa pergunta, o trabalho proposto abordará as diferentes formas de cooperação internacional do Brasil, com ênfase na cooperação agrícola e alimentar.

Palavras-chave: Assistência Alimentar Internacional. Cooperação Sul-Sul. Política Externa Brasileira.

Abstract: Brazil started, since the 2000s, to look for its consolidation as a regular donor in South-South Cooperation, mainly regarding technical cooperation. The Brazilian State, however, faces serious problems related to social injustice, poverty, corruption, and infra-structure. One of the main recurrent questions that brings hard discussions is the following: What justifies Brazil's interest in international cooperation instead of fighting against internal problems? While trying to deal with this question, the paper approaches the different ways of Brazil's international cooperation, with emphasis on food and agriculture cooperation.

Key-words: International Food Assistance. South-South Cooperation. Brazilian Foreign Policy.

Recebido em: 22/08/2014.

Aprovado em: 31/08/2014

Considerações iniciais

A política externa brasileira teve como forte característica, neste início de século, um foco maior nos países do Sul. Isso não significou que as relações com os países do Norte tenham sido preteridas em termos retóricos ou práticos, em uma alusão a uma política terceiro-mundista. O que se observou foi uma política que combinou os eixos Norte e Sul, mas com uma atuação bastante destacada entre os países da periferia do sistema (PECEQUILO, 2008). O governo Lula (2003-2010), especificamente, empenhou-se em posicionar o Brasil como uma potência de impacto global a partir do papel de líder dos países em desenvolvimento (PED) em alguns temas – um *system affecting state*, na acepção de Keohane (1969):

A "system-determining" state plays a critical role in shaping the system: The "imperial power" in a unipolar system and the two Great Powers in a bipolar system are examples. In a second category are "system-influencing" states which cannot expect individually to dominate a system but may nevertheless be able significantly to influence its nature through unilateral as well as multilateral actions. Thirdly, some states that cannot hope to affect the system acting alone can nevertheless exert significant impact on the system by working through small groups or alliances or through universal or regional international organizations: These may be labeled "system-affecting" states. Finally, most international systems contain some states that can do little to influence the system-wide forces that affect them, except in groups which are so large that each state has minimal influence and which may themselves be dominated by larger powers. For these small, "system-ineffectual" states foreign policy is adjustment to reality, not rearrangement of it. These four types of states can be referred to briefly, in conformity with traditional usage, as "great," "secondary," "middle," and "small" powers" (KEOHANE, 1969, p. 295).

Dentre os diversos temas prementes àqueles países, figuram o desenvolvimento social e o combate à pobreza e, neste campo, as políticas domésticas do governo brasileiro – dentre as quais se destaca o Fome Zero, que teve repercussão internacional bastante positiva –, aliadas a resultados concretos do aumento de bem-estar econômico e social, aumentaram o cacifê do Brasil entre os PED.

Além do cenário interno como fonte de atratividade a uma posição mais protagônica do Brasil, a política externa brasileira se tornou mais expansiva e atuante, buscando ser uma das principais vozes em grandes temas das Relações Internacionais, desde as negociações da OMC até questões de segurança internacional, o que gerou muitas críticas no sentido de que o Brasil se projetava sem o devido lastro de poder.

O fato é que exercer um papel internacional mais protagônico demanda recursos. Seriam os recursos de poder brasileiros compatíveis com a expectativa pretendida no cenário internacional? O combate à pobreza e, mais especificamente, à insegurança alimentar tem sido uma bandeira do Brasil. Seria o braço brasileiro forte o suficiente para empunhá-la no cenário internacional?

Por outro ângulo, cabe perguntar, sendo o Brasil um país cujos próprios problemas sociais estão longe de serem solucionados, como avaliar o empenho de recursos em projetos de cooperação no exterior? O objetivo deste artigo é trabalhar com estas questões no campo do combate à fome. Os governos brasileiros vêm buscando projetar o Brasil como uma potência do agronegócio desde meados dos anos 1990, mas foi em meados dos anos 2000 que procuraram lançar o país como uma potência da segurança alimentar e nutricional.

Busca-se, aqui, mais especificamente, ainda que de forma inicial e exploratória, entender quais os motivos que levaram o Brasil a adotar uma política mais incisiva de

fornecimento de cooperação internacional nos últimos anos, bem como avaliar possíveis resultados, concretos ou esperados, dessas políticas. Esse exame tem por base a questão fundamental, a saber, por que um país que possui graves deficiências domésticas empenha recursos para tentar solucionar problemas no exterior? Seriam os interesses brasileiros em alguma medida humanitários ou altruístas, ou os projetos de cooperação promovidos pelo Brasil não escapam à máxima de Morgenthau (2003) de que todo interesse deve ser definido em termos de poder?

Este artigo é uma primeira tentativa de lidar com essas perguntas. Ele é iniciado com um exame da posição brasileira na cooperação internacional Sul-Sul. Posteriormente, adentra-se conceitualmente em alguns tipos de cooperação para, então, examinar a ajuda e a assistência alimentares do Brasil com foco no caso da Embrapa. Por fim, faz-se uma avaliação preliminar dos motivos e dos possíveis resultados dessa política em termos de política internacional/externa.

1. O Brasil e a cooperação Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul, revigorada recentemente, vem-se moldando há cerca de 50 anos. Em 1974, o Plano de Ação de Buenos Aires, construído a partir da Conferência Mundial da ONU sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), instituiu oficialmente a cooperação horizontal. Desde então, a Cooperação Técnica Internacional (CTI) passou a ser usada como instrumento de política exterior de muitos países emergentes com certa maturidade (CERVO, 1994).

O Brasil estava incluído neste processo e já nos anos 1980 passou a modificar seu perfil de CTI. Cervo aponta que reformas burocráticas permitiram que, dos anos 1960 aos 1980, o Brasil fosse mudando seu perfil de cooperação, entre elas:

- a) inserção racional da CTI na política exterior; b) flexibilidade para aceitar fins próprios e não-próprios definidos para a CTI pelos países avançados; c) montagem de um sistema nacional articulado de gerência da cooperação técnica; d) implantação de agências internas bem preparadas em termos de recursos humanos e equipamentos para cooperar; e) filosofia desenvolvimentista a impregnar a opinião (CERVO, 1994, p. 41).

Isto é, além do impulso gerado pelo milagre econômico brasileiro, uma estrutura administrativa com capacidade de promover projetos de cooperação internacional passou a ser articulada. De início, porém, essa estrutura estava fragmentada em várias instâncias nacionais, nenhuma especializada em cooperação internacional, até que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) fosse criada em 1987 no âmbito do Ministério das Relações Exteriores - MRE (LOPES, 2008; MOURA JR., 2011). Posteriormente, outros órgãos foram criados e

qualificados, viabilizando um papel mais ativo recentemente (CORDEIRO, 2012). Deve-se destacar que, com a criação da ABC,

estabeleceu-se efetivamente uma coordenação para tratar da Cooperação entre Países em Desenvolvimento, com o objetivo de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar a cooperação para o desenvolvimento, em todas as áreas do conhecimento, entre o Brasil e países em desenvolvimento (LOPES, 2008, p. 215).

Para Lopes, a setorialização da ABC, em 2006, permitiu maior especialização, com visão de temas específicos de cooperação, a fim de maximizar a cooperação Sul-Sul brasileira.

Os objetivos políticos do Brasil com a CTI eram o fortalecimento de laços com países do terceiro mundo e a penetração de interesses brasileiros a partir destes laços (CERVO, 1994; MOURA JR., 2011). Isto é, desde seu início a cooperação brasileira teve características comerciais, tentando desenvolver novos mercados consumidores, mas, com o passar do tempo, imbuíu-se de maior humanismo, investindo em projetos de capacitação (CERVO, 1994; REBIZZI, 2013). Assim, esteve sempre presente nos objetivos da CTI brasileira amparar o próprio desenvolvimento nacional, propiciando o acúmulo de experiências e, desse modo, contribuindo para que o país se tornasse um respeitável prestador de CTPD.

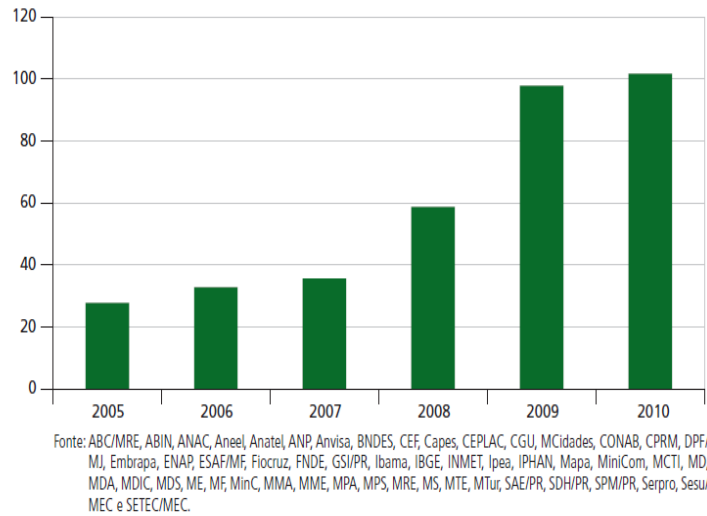
Nos anos 2000, principalmente a partir do governo Lula, o Brasil aumentou consideravelmente o número de projetos de cooperação (CARVALHO & MILANI, 2013). Seu status de grande doador emergente passou a compor os esforços de liderança do Sul. O Brasil, que tradicionalmente fora caracterizado como um grande receptor de ajuda externa, passou a inverter o seu perfil.

O país deixou de receber recursos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para disponibilizar dinheiro a ambas as instituições (ROSSI, 2011). Em 2009, o governo brasileiro se comprometeu em disponibilizar 4,5 bilhões ao FMI, consolidando sua posição como credor do fundo, o que não ocorria há 27 anos (G1, 2009).

No quadro da ajuda externa de modo geral, entre o período analisado de 2005 a 2009, o Brasil recebeu cerca de US\$ 1,5 bilhão e doou aproximadamente US\$ 1,9 bilhão – uma diferença de US\$ 400 milhões (AYLLÓN, 2013; CORDEIRO, 2010; ROSSI, 2011; LEITE, SUYAMA & WAISBICH, 2013). A ONU e o Mercosul foram as organizações para as quais foram destinadas a maior parte dos recursos, R\$ 1,3 bilhão (DEUSTCHE WELLE, 2012). O gráfico 1 demonstra este crescimento do Brasil como doador em termos de gastos com a CTI

Gráfico 1

Gastos do governo brasileiro com a cooperação técnica internacional (2005-2010)
(Em R\$ milhões)



Fonte: IPEA, 2010

Diferentemente de como funciona o tipo de auxílio de países do Norte, claramente perceptível no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (o Brasil tem participado de algumas atividades, mesmo não sendo membro), a ajuda externa e a CTI brasileiras não exigiriam, em tese, condicionalidades prévias dos países receptores. Segundo o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministro Marco Farani, o objetivo é “em primeiro lugar, atender as demandas que outros países tenham, mediante transferência de solução (que encontramos para resolver nossos próprios problemas)” (OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE, 2010; ROSSI, 2011).

O governo brasileiro, desta forma, enfatiza que suas atenções estão voltadas para a cooperação ao desenvolvimento, evitando ações que tenham objetivos pontuais e imediatos. Também ressalta que o objetivo final da cooperação brasileira não é visar ao lucro, nem criar compromissos financeiros onerosos à instituição idealizadora da cooperação, pois a CTI não realiza operações de natureza financeira reembolsável ou comercial. Os meios específicos pelos quais o governo brasileiro atua como doador de CTI são as consultorias especializadas, o treinamento de recursos humanos e a aquisição de equipamentos e outros insumos necessários para o alcance dos objetivos do projeto (ABC/MRE, 2005).

Mesmo se não houver exigências específicas e imediatas, contudo, é improvável que a ajuda não vise retorno algum (LOPES, 2008; PIRES, 2011; REBIZZI, 2013). A obtenção de apoio para objetivos mais gerais, como no caso de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CS) e a obtenção de cargos diretivos em organizações importantes no Sistema Internacional, como no caso de Roberto Azevêdo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e José Graziano da Silva na Organização para Alimentação e Agricultura

(FAO), são hipóteses. Além disso, podem-se relacionar a eventuais aberturas de mercados para os produtos nacionais, a exemplo do etanol: espalhando tecnologia de produção do combustível, o país pode criar novos fornecedores, ampliando a difusão do produto e da tecnologia (THE ECONOMIST, 2010).

Um exemplo específico de uma externalidade positiva para a indústria nacional seria o caso da CTI realizada por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na Guatemala, em que os equipamentos utilizados pelo Centro de Formação Profissional de Huehuetenango foram adquiridos de fornecedores brasileiros, em uma decisão conjunta com os guatemaltecos (PIRES, 2011). Isso significa que, em médio prazo, bens nacionais brasileiros poderão ter maior volume de comercialização na Guatemala, já que o aprendizado foi realizado com equipamentos brasileiros.

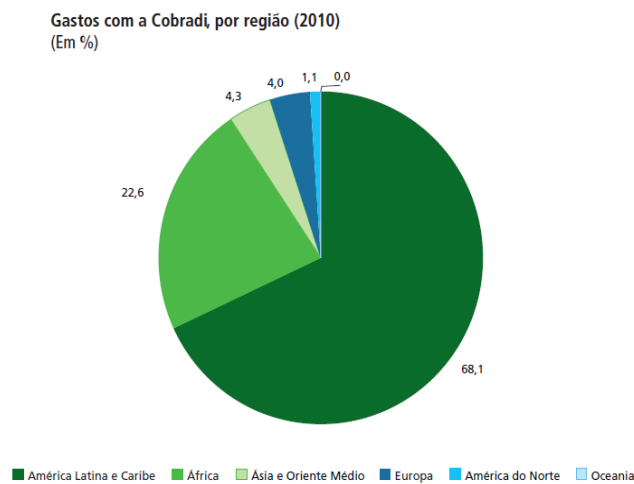
O fato é que, pelo que se pode observar, uma característica da cooperação brasileira é o seu perfil técnico mais afeito às características dos PED. O país promove a transferência de conhecimento e a capacitação em áreas onde possui considerável experiência, como o tratamento da Aids, a produção agrícola e a produção industrial. A tecnologia e a expertise oferecida pelo Brasil, segundo o *Overseas Development Institute* (2010), é uma boa opção para o nível de desenvolvimento econômico e institucional para as condições climáticas dos PED. As vertentes no âmbito da cooperação técnica responsáveis pelo maior número de projetos foram a agricultura (com 22% dos projetos), a saúde (16%) e a educação (12%).

Embora a cooperação técnica seja ainda uma vertente pequena da ajuda externa, é a que mais recebe atenção do governo federal, pois tem a capacidade de projetar o Brasil internacionalmente, ao passo em que contribui para o desenvolvimento nos países receptores. Houve um aumento acentuado desse tipo de cooperação desde o governo Lula: o orçamento da ABC, que era de R\$ 4,5 milhões em 2003, passou para R\$ 52 milhões em 2011 (ROSSI, 2011).

Quatro fatores interconectados parecem ter impulsionado o fornecimento de cooperação internacional por parte de potências maiores do Sul (CARVALHO & MILANI, 2013; AYLLÓN, 2013): 1) as altas taxas de crescimento econômico e as perspectivas de ampliação de sua participação na riqueza global; 2) a implementação de políticas públicas exitosas nas áreas de desenvolvimento econômico, social e científico-tecnológico; 3) a execução de políticas externas que diversificam as opções de inserção internacional, por meio da formação de coalizões de países do Sul, que questionam as regras definidas pelas potências do Norte; 4) a presença de fortes lideranças nos países emergentes, dinamizando as relações entre os países em desenvolvimento, a partir da disponibilidade de mais recursos financeiros.

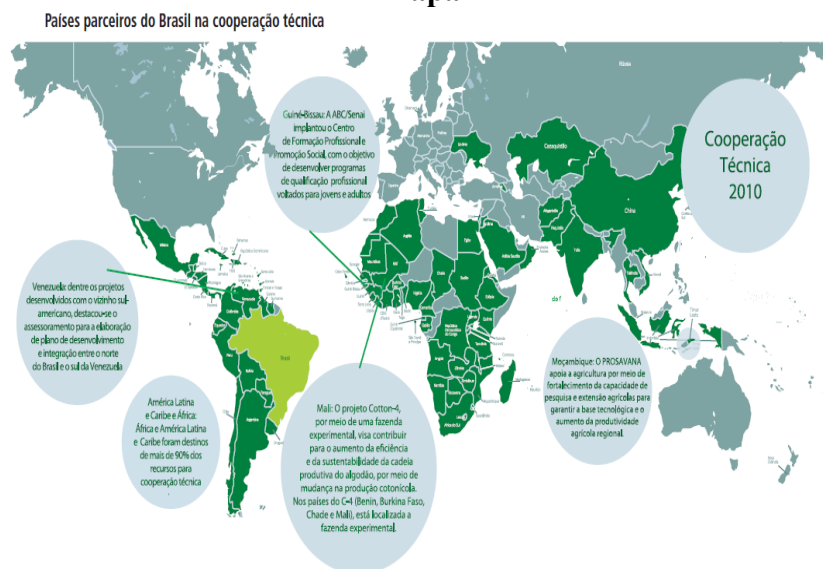
Adicionalmente, em meio à crise econômica mundial, que assola particularmente os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os países emergentes e outros países de menor desenvolvimento relativo (PMDR) estão incrementando e consolidando sua oferta de CTI (AYLLÓN, 2013). Esse contexto favorece o avanço dos países do Sul como doadores em comparação aos países do Norte, que estão sofrendo com a crise. De acordo com a OCDE, a ajuda oficial ao desenvolvimento – que é fornecida por 24 países doadores ricos – teve sua primeira queda em 2011 em 15 anos: caiu 2,7% em relação a 2010, ficando em US\$ 125,1 bilhões (VALOR ECONÔMICO, 2012). O gráfico 2 e o mapa 1 abaixo mostram a diversificação das doações brasileiras no ano de 2010.

Gráfico 2 – Gastos com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional



Fonte: IPEA, 2010

Mapa 1



Fonte: IPEA, 2010 (retirada originalmente do acervo do MRE/ABC)

Um importante tipo de cooperação promovido pelo Brasil é o trabalho feito pelo Senai, que dá suporte aos projetos da ABC na área de treinamento de profissionais para a indústria. O maior deles é a parceria ABC, Senai e Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ). Há pelo menos cinco anos, brasileiros e alemães começaram a construir o Centro de Tecnologias Ambientais, em Lima, no Peru, dada a necessidade deste país de modernizar sua legislação ambiental e a demanda por “tecnologias limpas”. O projeto, à época, tornou-se o maior projeto de cooperação trilateral em curso na América Latina, com investimento de cerca de 5 milhões de dólares. Outros países latino-americanos e africanos receberam centros de capacitação do Senai, como Paraguai, Guatemala, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola. Nestes centros de capacitação profissional, geralmente, os instrutores brasileiros do Senai, ao invés de ensinarem diretamente aos alunos locais, transmitem conhecimento aos instrutores locais para que estes os repliquem para os alunos – o que pode demonstrar um interesse humanitário no *modus faciendi* da cooperação brasileira pela parceria ABC-Senai (PIRES, 2011).

Para entender melhor a mudança no perfil da cooperação internacional do Brasil, é útil posicioná-la no conjunto da política externa brasileira. Desde o final dos anos 1990, a política externa brasileira passou a se dedicar mais aos países do Sul, em grande parte devido ao desapontamento com as possibilidades de desenvolvimento obtidas pelas relações com países desenvolvidos (VIGEVANI & CEPALUNI, 2009). O Brasil passou a adotar uma estratégia de diversificação de suas relações internacionais, ao mesmo tempo em que buscou elevar o seu status político. Um dos instrumentos utilizados para isso parece ter sido a cooperação Sul-Sul (PINTO & MESQUITA, 2012).

A cooperação internacional seria uma forma de expandir a influência brasileira em uma agenda de interesse fundamental aos PED, a do Desenvolvimento, entendido de forma ampla. Mais especificamente, o combate à fome foi um tópico selecionado para exercer essa liderança e inserir o Brasil em um debate com pretensões hegemônicas naquele campo. Isto é, a política externa brasileira vem buscando promover ideias sobre como os Estados devem organizar seus sistemas econômicos, suas instituições e políticas para garantir segurança alimentar e nutricional às pessoas, tanto por meio de acordos bilaterais quanto por meio de Organizações Internacionais, como a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

2. Cooperação internacional, ajuda e assistência alimentares

A cooperação internacional e suas modalidades estão institucionalizadas no âmbito internacional (AYLLÓN, 2006; LOPES, 2008; MOURA JR., 2011; CARVALHO & MILANI, 2013; DE SOUZA, s/d.). Para os objetivos deste artigo, cabe apenas apontar

algumas distinções. O que caracteriza a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é o conjunto de atuações internacionais realizadas por atores públicos e privados, de países do Norte ou do Sul, com fins de promover o progresso econômico e social dos PED. Os recursos (financeiros ou técnicos) transferidos provêm dos Estados ou de Organizações Internacionais (OI) e as atuações são baseadas em metas de interesse mútuo, sustentabilidade, corresponsabilidade, eficácia, solidariedade e igualdade. Os protagonistas da CID são os Estados.

Dentro da CID está a Cooperação Técnica Internacional (CTI). A CTI diz respeito apenas às atividades de capacitação técnica, isto é, transferência de conhecimentos de um Estado a outro, com o objetivo de consolidar algumas habilidades técnicas do país receptor, permitindo que este supere alguns desafios ao desenvolvimento local. O auxílio financeiro está excluído. A menos que seja fornecido em condições favoráveis (taxa de juros abaixo do mercado, prazo de pagamento mais longo, elemento de concessionalidade mínimo de 25%) para a construção de infraestrutura destinada ao desenvolvimento econômico e social de um estado menos desenvolvido. Inclui-se aí, também, o perdão das dívidas externas (LOPES, 2008).

A CTI surgiu fundada em três noções fundamentais: a transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; o desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; e a execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas. Seguindo essas concepções iniciais, a Resolução nº 200 de 1948 da Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu oficialmente a CTI (CERVO, 1994).

Uma forma de CTI é a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Esta categoria se distingue da CID em função do caráter dos países receptores. Nesta, o auxílio para o desenvolvimento alcança qualquer país e baseia-se precipuamente no financiamento de atividades de capacitação técnica, enquanto naquela exige que os projetos tenham como doador e recebedor apenas PED. A maioria dos projetos de cooperação e auxílio brasileiros se encaixa na CTPD. Por isso, deve ser dada atenção especial aos objetivos, funções e concepções atribuídas a esta categoria de cooperação.

A CTPD é um processo multidimensional, que pode ser bilateral ou multilateral em seu escopo, regional ou interregional em seu caráter e deve ser organizada por e entre governos, com a participação de organizações públicas e privadas. Embora seja um empreendimento entre países em desenvolvimento não se deve descartar o apoio por parte de países desenvolvidos e organizações internacionais (MOURA JR., 2011). A CTPD inclui,

também, a alternativa conhecida como cooperação triangular (ou triangulação), que é a coordenação entre dois doadores (um deles pode ser uma organização pública ou privada) que prestam cooperação para um terceiro Estado receptor (LOPES, 2008). O Japão é hoje o maior parceiro do Brasil nos arranjos de triangulação, por meio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) também realiza uma importante parceria de CTPD com a ABC. Ademais, conforme o PNUD,

[...] para ser considerada CTPD a atividade deve implicar o compartilhamento de expertise, tecnologia, recursos e capacidades advindas dos países em desenvolvimento envolvidos na cooperação. Não pode ser considerada CTPD se estiver fundamentada em recursos ou tecnologias provenientes de países industrializados, que devem ter papel apenas complementar (LOPES, 2008, p. 23).

O termo CTPD convive com o termo Cooperação Sul-Sul (CSS) pelo menos desde 1964, quando foi definido na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento como “o processo, as instituições e os arranjos concebidos com vistas a promover a cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento na busca de objetivos comuns de desenvolvimento” (CARVALHO & MILANI, 2013, p. 17). Em 1978, no PNUD, formou-se a Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul (LOPES, 2008; CARVALHO & MILANI, 2013). Apesar de os termos CTPD e CSS se confundirem em algum grau, pode-se entender que o primeiro, referente a um tipo de cooperação técnica, está contido no segundo.

As operações de “ajuda” e “assistência” alimentares, que podem ser classificadas como CSS quando realizadas entre o Brasil e PED, recebem diferentes significados (BELMONT & RENSI, 2012). À primeira vista, os termos parecem sinônimos para descrever todos os tipos de relação entre doadores e receptores de alimentos, o que não é correto. Basicamente, existem dois tipos de auxílio alimentar: a assistência alimentar (*food assistance*) e a ajuda alimentar (*food aid*) (CLAY & STOKKE, 2000).

A assistência alimentar promove uma maneira de abordar a insegurança alimentar tanto transitória quanto crônica. Esta assistência pode envolver a doação de dinheiro para a compra de alimentos, o barateamento artificial dos preços, o fornecimento direto de alimentos para serem consumidos no local de doação ou em casa e ainda programas mais elaborados de desenvolvimento de produção e distribuição alimentares. São medidas que podem ser financiadas com recursos próprios do Estado ou provenientes do exterior. O papel da assistência alimentar é proporcionar alívio em uma emergência e contribuir para a estabilização de pessoas e regiões afetadas.

Já ajuda alimentar é normalmente entendida como o auxílio na forma de *commodities*, que pode complementar os programas de assistência alimentar, seja na forma de alívio no balanço de pagamentos, substituindo as importações comerciais, seja como apoio ao orçamento, por meio da receita obtida com a venda dos mesmos. Essa ajuda pode ocorrer de três formas: ajuda direta, pela entrega de alimentos adquiridos nos mercados; transações triangulares, quando os alimentos a serem doados são comprados de países em desenvolvimento; ou compras locais, realizadas no mercado do próprio país receptor. Assim, a ajuda alimentar é aquela que é entregue ao assistido na forma de *commodity*.

Stewart (1998) distingue, ainda, a ajuda que é prestada aos países em conflito (CONF-AID) daquela que pretende apoiar o desenvolvimento (DEV-AID). A redução rápida de mortes e o alívio imediato de sofrimento são os maiores objetivos da CONF-AID, mas, na prática, doadores têm seguido essa orientação desconsiderando consequências e efeitos negativos que podem ser gerados por elas. Em situações de paz, o tipo de auxílio mais comumente realizado é a assistência para o desenvolvimento, isto é, a CTI. Dado o foco da cooperação técnica internacional em estimular o desenvolvimento de capacidades de indivíduos e instituições, excluem-se de seu escopo o investimento em infraestruturas, bem como ações assistenciais, humanitárias, ou seja, a ajuda alimentar (ABC/MRE, 2005). Desde que o Brasil passou a modificar seu perfil na CSS, tanto a ajuda quanto a assistência alimentares passaram a ser promovidas, conforme abaixo.

3. A Cooperação internacional do Brasil na área alimentar

Esta seção visa apontar, ainda de forma inicial, alguns dados e projetos da cooperação internacional brasileira na área alimentar, com o fito de delinear a atuação do Brasil nesse campo. Em geral, falta aos participantes da CSS uma institucionalização que permita medir seus dados de cooperação. Apesar da dificuldade de encontrar informação de qualidade, o Brasil tem-se organizado neste sentido, com o engajamento de órgãos e entidades públicas, além de universidades e organizações da sociedade. A atuação brasileira no exterior tem aparecido no cotidiano de trabalho de instituições nacionais do setor público e da sociedade civil organizada (CORDEIRO, 2012)

No âmbito multilateral, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) são dois dos órgãos internacionais que têm desenvolvido programas importantes em parceria com o Brasil. Retomando a ideia de *System Affecting State*, o Brasil vem buscando, por meio de instituições multilaterais, ser mais influente no Sistema Internacional. É possível ver alguns exemplos dessa parceria.

O Brasil se posicionou como um dos dez maiores doadores que colaboram com o PMA, como aponta a tabela abaixo. Essas doações se basearam em estoques públicos de alimentos, normalmente operacionalizados pela CONAB e desde 2011 estiveram regidas pela Lei nº 12.429/2011, que autoriza o Poder Executivo a dispor destas reservas para assistência humanitária internacional (BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011).

Além da ajuda externa na forma de *commodities* agrícolas, o país fornece também recursos financeiros e faz cooperação técnica institucional com o PMA (ONU BRASIL, s/d). É o caso do Centro de Excelência contra a Fome, criado pelo Programa em 2011, em Brasília, que assiste países em desenvolvimento na criação de programas sustentáveis de combate à fome e à pobreza, como afirmou o diretor do Centro, Daniel Balaban (INSTITUTO LULA, 2013).

Tabela 1 - Doações de alimentos do Brasil e dos 5 maiores doadores para o PMA

(Toneladas reais)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Austrália	156.100,8	135.742,2	145.046,8	120.590,3	86.434,7	76.725,3	83.015,5	109.165,2
Brasil	0,0	0,0	0,0	180,0	293,8	15.108,0	2.872,0	20.647,3
Canadá	198.478,6	273.792,1	167.562,4	209.458,8	285.611,1	257.491,4	238.222,2	168.226,3
CE	572.592,0	648.515,8	796.955,7	724.372,5	388.209,7	299.233,7	157.611,9	147.362,6
EUA	3.796.052,6	3.824.269,3	3.454.569,1	2.523.714,0	3.211.695,2	3.180.959,2	3.535.117,4	2.078.368,7
Japão	486.669,0	401.344,2	227.184,7	235.409,5	384.124,6	378.698,8	356.632,9	250.790,7

Fonte: Elaboração própria, a partir de PMA (ONU BRASIL, s/d)

No que toca à FAO, a relação com o Brasil é de mão dupla, o que evidencia o caráter simultâneo de país doador e receptor de assistência internacional. A FAO tem feito esforços especiais para o desenvolvimento da modalidade da Cooperação Sul-Sul no Brasil, com a negociação de proposta para projeto de construção da paz no Haiti, ligado à execução do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional naquele país. A instituição contribuiu, também, com o combate à insegurança alimentar no Brasil por meio do importante apoio ao Programa Fome Zero e mantém diversos projetos para o desenvolvimento de capacidades em agricultura, pesca, produção e meio-ambiente, a fim de consolidar práticas que arrefeçam os problemas de distribuição alimentar no Brasil (FAO BRASIL, s/d).

No continente africano, no âmbito da ajuda alimentar, o país desenvolve um projeto baseado no Programa de Aquisição de Alimentos do Fome Zero em cinco países –

Moçambique, Malawi, Etiópia, Níger e Senegal – escolhidos pela FAO, cujo diretor é o brasileiro José Graziano da Silva, ex-ministro do combate à fome de Lula (DEUSTECHE WELLER, 2012). Dada a importância da assistência alimentar fornecida pelo Brasil para a África, cabe apontar brevemente o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

3.1 A Embrapa e a assistência alimentar internacional do Brasil

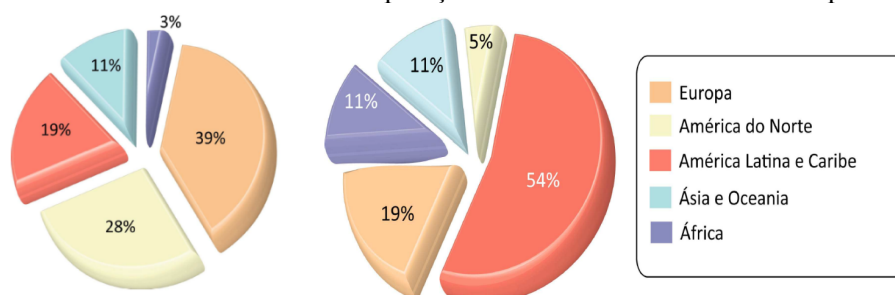
A Embrapa é uma empresa pública, criada em 1973 por decreto do governo federal, com fins de sistematizar a pesquisa sobre agropecuária no Brasil. Na prática, a Embrapa substituiu muitos dos serviços que antigamente eram realizados pelo Ministério da Agricultura, buscando articular a política de desenvolvimento econômico com o desenvolvimento agrícola e eliminando as principais deficiências em recursos humanos e aportes financeiros existentes no setor agrícola até a década de 70 (LOBO, 2010; DE SOUZA, s/d).

Desde a fundação da empresa, a produção agrícola brasileira vivenciou um *boom*, ocorrido graças à priorização de ganhos de produtividade ao invés da expansão de áreas de cultivo por intermédio da busca de novas tecnologias. Nos últimos 16 anos, a Embrapa tem expandido sua participação em projetos internacionais, ampliando as possibilidades de cooperação do Brasil com uma maior variedade de países (CONTINI & MARTHA JR., 2012)

A atuação internacional da Embrapa é conduzida por duas estratégias: a primeira é incorporar novas tecnologias ao setor agrícola brasileiro, por meio de centros de excelência em treinamento em países desenvolvidos, visitas técnicas e laboratórios virtuais (Labex), cujo propósito é realizar pesquisas avançadas e monitorar os progressos tecnológicos nas regiões em que os Labex estão localizados. A segunda estratégia é a transferência de assistência humanitária para PED, dentre os quais estão muitos africanos, cuja segurança alimentar é priorizada (CONTINI & MARTHA JR., 2012).

No governo Lula, a participação da Embrapa aumentou nas missões oficiais do MRE. No ano de 2008, participou diretamente em cerca de 50% dos projetos em execução. Até então, no setor de agricultura, 95% dos projetos da ABC tinham parceria com a Embrapa (MAGALHÃES, 2008). Como mostram as figuras do gráfico 4, aumentaram os projetos direcionados aos PED, principalmente nos continentes africano e sul-americano (LOBO, 2010).

Gráfico 4 – Acordos de cooperação internacional da EMBRAPA por região



Fonte: Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa (LOBO, 2010)

À esquerda: Acordos de cooperação internacional da Embrapa (% por região) – Período 1997/2000

À direita: Acordos de cooperação internacional da Embrapa (% por região) em 2008

Estes projetos são financiados pelo PNUD e coordenados pela ABC. O objetivo alegado é transferir tecnologia para a melhoria e técnicas de cultivo e de manejo de animais, melhoramento genético de sementes e desenvolvimento do processo produtivo, com foco no treinamento de técnicos estrangeiros. Alguns projetos são triangulares e resultam de parcerias diversas, dentre as quais se destacam o envolvimento da JICA e da Agência dos EUA para o Desenvolvimento - USAID (LOBO, 2010; CONTINI & MARTHA JR., 2012).

Dado o sucesso dessas ações, alguns países em desenvolvimento demonstraram interesse em criar unidades de demonstração, o que impulsionou a criação de instalações físicas da Embrapa no exterior. Desta forma, foi instalado o escritório em Acra, capital de Gana (assim como em Caracas e na Coreia do Sul), cuja finalidade é possibilitar o intercâmbio de tecnologias que permitam o desenvolvimento da agricultura sustentável e promover e estimular o desenvolvimento social e o crescimento econômico, compartilhando também conhecimentos sobre meio ambiente, agroflorestas e agropecuária com diversos países da África (LOBO, 2010).

Para exemplificar a atuação da Embrapa, em 2009 a empresa desenvolveu atividades com 16 países africanos, por meio de 35 projetos, cujo valor total ultrapassou US\$16 milhões, despendidos pelo governo brasileiro nos três anos consecutivos. Dos 35 projetos, 23 eram de curto prazo, direcionados à capacitação e ao treinamento de técnicos dos países receptores da cooperação, sendo:

- Sete projetos voltados à capacitação na área de pecuária bovina leiteira e de corte, incluindo o treinamento de 24 técnicos de Burkina Faso, Quênia, Senegal, Zâmbia e Tanzânia;
- Dois projetos de capacitação em agroenergia e biocombustíveis, envolvendo o treinamento de 23 técnicos de Gana e Quênia;

- Cinco projetos de capacitação técnica em horticultura, oleicultura e fruticultura, incluindo o processamento agroindustrial, direcionados a pessoas de Gana, Nigéria, Tanzânia, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe;
- Quatro projetos de capacitação na área de cultura e processamento agroindustrial da mandioca, envolvendo o treinamento de 48 técnicos/especialistas do Gabão, Gana, Nigéria, e São Tomé e Príncipe.

Dentre os projetos de longa duração, esteve o campo experimental de Sotuba, em Mali, no valor de US\$ 1,5 milhão, para a modernização e fortalecimento da cultura do algodão, que faz parte do programa “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Cotonícola nos Países do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali)”, que tem fins de apoiar o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão nestes países (LOBO, 2010). Tal programa, em 2010, recebeu a transferência de US\$ 4,7 milhões, desembolsados pela ABC (CONTINI & MARTHA JR., 2012).

Considerações finais

O aumento da Cooperação Sul-Sul tem sido uma marca da política externa brasileira desde meados dos anos 2000. Em seu âmbito, a ajuda e a assistência alimentares têm ganhado destaque devido ao objetivo perseguido pelos governos brasileiros de posicionar o país como um líder internacional no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional. O objetivo deste texto foi apontar, ainda que de forma breve, alguns aspectos desse tipo de cooperação como um passo para a construção de uma avaliação maior sobre os objetivos e resultados desse instrumento de política externa.

Pelo que foi possível observar até o momento, não é possível considerar que a cooperação fornecida pelo Brasil seja desinteressada ou altruísta. Há indícios de que ela avança nos interesses nacionais, sejam comerciais, sejam políticos. Isso não quer dizer, entretanto, que estejam excluídas preocupações reais com o desenvolvimento e o combate à fome. No campo comercial, foi visto que os projetos de cooperação técnica podem levar à compra de materiais nacionais. Seria esse o caso da Embrapa na África? Segundo Carlos Santana, coordenador de projetos estruturantes da Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa, “à medida que os países africanos desenvolvem a agricultura, aumenta a demanda por máquinas e insumos, criando um efeito multiplicador que passa a gerar essa demanda. Criam-se novos mercados que não são cativos. Há conhecimentos adquiridos lá que também utilizaremos aqui.” (TERRA, 2013).

De forma menos tangível, o apoio político pode ser um dos frutos colhidos como resultado dessa cooperação. Vê-se claramente dois casos prementes. O primeiro, a eleição de José Graziano da Silva como diretor-geral da FAO, pode ser um fato que justifica o aumento da cooperação brasileira para os países africanos e sul-americanos especificamente na área alimentar. Graziano ganhou a eleição por 92 votos contra 88 do espanhol Miguel Ángel Moratinos, no segundo turno, com o apoio do grupo G77+ China, em que se destacou o suporte dos países africanos (BLOG DO PLANALTO, 2011).

O segundo caso, a eleição de Roberto Azevêdo para diretor-geral da OMC, também foi um grande ganho recente para o Brasil, que poderia ser visto como um motivo para a guinada do Brasil como doador na Cooperação Sul-Sul. O brasileiro recebeu o apoio dos países africanos e dos BRICS, sendo importante salientar que o candidato oponente era o mexicano Herminio Blanco, também representante, portanto, dos países em desenvolvimento. Na OMC, o Brasil tem sido um líder das demandas dos PED em questões agrícolas, tendo, inclusive, que se equilibrar sobre a forte tensão interna entre os interesses do agronegócio e os da agricultura familiar (NAVARRO, 2013). Esses são dois casos em que a comprovação empírica de um eventual efeito da cooperação alimentar pode ser muito difícil.

Alguns fatores favorecem a utilização da cooperação internacional e, mais especificamente, da assistência e da ajuda alimentares por parte do Brasil como um instrumento de política externa. O país se beneficia de uma neutralidade política pelo fato de não ter sido um país colonizador no passado – características que não são exclusivas do Brasil, de acordo com o documento do *Overseas Development Institute* (2010), mas podem estar presentes em outros doadores emergentes, além de alguns doadores tradicionais; por exemplo, a Índia e a China são fornecedores e recebedores de assistência e os países da Escandinávia e a Irlanda não tiveram um passado colonial.

Além disso, o Brasil é um país emergente, sua política interna é estável, sua política externa preza o multilateralismo para combater as desigualdades sociais e, ainda, demonstrou capacidade de lutar contra a pobreza por meio da criação de novos programas sociais (AYLLÓN, 2010).

Por fim, pode-se supor que o compartilhamento de conhecimentos, práticas e soluções entre os países do Sul pode formar um processo cíclico, em que cresce a cooperação e, por meio desta, desenvolvem-se os fatores que permitem a maior interação entre os países em desenvolvimento, propiciando a continuidade dos projetos de cooperação entre eles. Segundo o relatório do IPEA (2013), o comércio Sul-Sul duplicou nos últimos anos, representando 40% das trocas mundiais de mercadorias. Para o Brasil, a ajuda e a assistência alimentares

podem ser maneiras de avançar interesses econômicos, sociais e políticos no sistema internacional.

Referências

ABC/MRE (2005). **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral.**

AYLLÓN, Bruno (2013). **A Cooperação Triangular e as transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** IPEA (texto para discussão).

AYLLÓN, Bruno (2006). O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, 5(8): 5-23.

BELMONT, Flávia; RENSI, Julia (2012). **Os Impactos da Ajuda Alimentar Internacional em Guerras Civis.** Trabalho submetido e apresentado no I Encontro Estadual da Associação Brasileira de Estudos em Defesa (ABED-PB). Publicado em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/5-17-1-PB.pdf]. Disponibilidade: 22/09/2014.

BLOG DO PLANALTO (2011). Graziano da Silva é eleito diretor-geral da FAO (26/06). Publicado em: [<http://blog.planalto.gov.br>]. Disponibilidade: 12/09/2013.

BRASIL (2011). **Lei nº 12.429 de 20 de Junho de 2011.** Publicado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12429.htm]. Disponibilidade: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Agricultura (2011). **Governo brasileiro poderá doar estoque público de alimentos.** 21/06/2011. Publicado em: [<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2011/06/governo-brasileiro-podera-doar-estoques-publicos-de-alimentos>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

BRASIL (2007). **Projeto de Lei nº 737 de 2007.** Publicado em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=452126&filename=PL+737/2007]. Disponibilidade: 25/03/2013.

CARVALHO, Tacia C. O.; MILANI, Carlos R. S. (2013). Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Revista de Estudos Internacionais**, 1(1): 11-35.

CERVO, Amado (1994). Socializando o Desenvolvimento: uma História da Cooperação Técnica Internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Cooperação Internacional**, 37(1): 37-63.

CLAY, Edward; STOKKE, Olav (2000). The changing Role of Food Aid and Finance for Food *In: Food Aid and Human Security.* Frank Cass Publishers: London, 13-54.

CONTINI Elisio; MARTHA JR, Geraldo B (2012). Brazil and African Agriculture: Lessons from Brazilian Experience, Prospects for Cooperation. *In Filling in the Gaps: Critical Linkages in Promoting African Food Security - An Atlantic Basin Perspective.* The German Marshall Fund of the United States – Wider Atlantic Series, 107-30.

CORDEIRO, Rui Mesquita (2012). De receptor a doador: os desafios na cooperação para o desenvolvimento na política externa brasileira sob a ótica da relação Estado/ Sociedade Civil. **Revista Monções**, 1(2)240-63.

DE SOUZA, Sol Marques Vaz (s/d). **A Embrapa na Política de Cooperação Sul-Sul do Brasil**. Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio.. Publicado em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/iri/IRI-Sol_Marques%20Relatorio.pdf]. Disponibilidade: 22/09/2014.

DEUSTCHE WELLER (2012). **Brasil eleva ajuda humanitária de olho em maior projeção internacional**. Publicado em: [<http://www.dw.de/brasil-eleva-ajuda-humanit%C3%A1ria-de-olho-em-maior-proje%C3%A7%C3%A3o-internacional/a-16215433>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

FAO BRASIL (s/d). **FAO no Brasil. Memória de Cooperação Técnica**. Publicado em: [<https://www.fao.org.br/download/LivroFAOBrasilMemoriaCooperacaoTecnica.pdf>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS AND WORLD FOOD PROGRAMME (FAO) (2013). **Funding Agreement Between Government of Brazil, FAO and WFP**. Publicado em: [<http://paa-africa.org/wp-content/uploads/2013/03/PAA-Africa-Funding-Agreement-Executive-Summary.pdf>]. Disponibilidade: 13/09/2013.

G1 (2009). **Brasil vira credor do FMI** (10/04). Publicado em: [<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1080722-16020,00BRASIL+VIRA+CREDOR+DO+FMI.html>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2010). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Brasília: Governo Federal.

INSTITUTO LULA (2013). **Brasil pode ajudar a erradicar a fome na África, afirma especialista do Programa Mundial de Alimentos da ONU** (18/07). Publicado em: [<http://www.institutolula.org/>]. Disponibilidade: 04/07/13

KEOHANE, Robert (1969). Lilliputian's dilemmas: small states in International Politics. **International Organization**, 23 (2).

KI-MOON, Ban (2013). **Mensagem do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul** (11/09). Publicado em [<http://www.unicrio.org.br/modelo-do-bolsa-familia-tem-sido-replicado-com-sucesso-na-africa-avalia-secretario-geral-da-onu/>]. Disponibilidade: 12/09/2013.

LEITE, Iara Costa; SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura Trajber (2013). **Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização**. CEBRAP e Articulação Sul Policy Brief.

LOBO, Lynette de Andrade (2010). **A Internacionalização das Empresas Brasileiras: a Nova Geografia Internacional e suas Implicações na Política de Internacionalização da Embrapa, a partir de 2003**. Monografia apresentada para obtenção de título de especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. (Orientador: Prof. Dr. José Flavio Sombra Saraiva).

LOPES, Luara Landulpho Alves (2008). **A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. (Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira).

MAGALHÃES, Bonifácio Peixoto (2008). **Política externa do Brasil em Agricultura: o Papel da EMBRAPA na Cooperação Técnica**. Monografia apresentada para obtenção de

título de especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. (Orientadora: Profa. Cristina Yumie Aoki Inoue).

MALUF, Renato Sérgio Jamil (2007). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (2010). **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 17(2): 78-87.

MORGENTHAU, Hans (2003). **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB.

MOURA JR., José Cláudio Klein de (2012). **A Cooperação Técnica Internacional e a Diversificação da Ação Internacional do Brasil nos anos 2000**. Monografia apresentada para obtenção de título de especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. (Orientador: Prof. Dr. Carlos Vidigal).

NAVARRO, Carlos (2013). **Mexican Candidate Loses Election to Head World Trade Organization to Brazilian Rival** (26/06). Publicado em: [<http://www.questia.com>]. Disponibilidade: 12/09/2013.

ONU BRASIL (s/d). **Portal do PMA**. Publicado em: [<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pma/>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE (2010). **Brazil: an emerging aid player**. ODI Briefing Paper.

PECEQUILO, Cristina S. (2008). A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados da cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51(2).

PINTO, Danyelle Ayres; MESQUITA, Lucas Ribeiro (2012). Smart Power Brasileiro: a cooperação internacional como projeção de poder internacional. **Revista Política Hoje**, 21(2).

PIRES, Cecília (2011). De aprendiz a instrutor. **Revista Presença Internacional do Brasil**, IV(15):46-53.

PURCHASE FROM AFRICANS FOR AFRICA (PAA África) (s/d). Publicado em: [www.paa-africa.org/pt/]. Disponibilidade: 12/09/2013.

OPERA MUNDI (2012). **Brasil promove modelo de ajuda Sul-Sul de olho em influência internacional** (03/03). Publicado em: [<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20292/brasil+promove+modelo+de+ajuda+sul-sul+de+olho+em+influencia+internacional.shtml>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

REBIZZI, Janete (2013). **From Recipient to Donor: The Brazilian Trajectory as a Foreign Aid Donor**. Dissertação de Mestrado em Ação Humanitária Internacional apresentada à Uppsala Universitet. (Orientadora: Ulrika Persson-Fischier).

ROSSI, Amanda (2011). Brasil, um país doador (01/04). **Le Monde Diplomatique Brasil**. Publicado em: [<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=910>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

SOUZA, Darana; KLUG, Israel (2012). A Multidimensional Approach to Food Security: PAA Africa. **Poverty in focus**, 24: 16-8.

TERRA (2013). **Contra a fome, Embrapa desenvolve projetos na África** (28/05). Publicado em: [<http://economia.terra.com.br/brasil-rural/contra-a-fome-embrapa-desenvolve>]

projetos-na-africa,b1c8cdc1c26ee310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html].

Disponibilidade: 04/06/2013.

THE ECONOMIST (2010). **Speak softly and carry a blank cheque** (Jul, 15th). Publicado em: [<http://www.economist.com/node/16592455>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

VALOR ECONÔMICO (2012). **Ricos cortam ajuda externa e papel de emergentes cresce** (30/05). Publicado em: [<http://www.valor.com.br/internacional/2684436/ricos-cortam-ajuda-externa-e-papel-de-emergentes-cresce>]. Disponibilidade: 25/03/2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2009). **Brazilian Foreign Policy in Changing Times: From Sarney to Lula**. Nova York: Lexington Books.

WORLD FOOD PROGRAMME (s/d). **Quantity Reporting**. Publicado em: [<http://www.wfp.org/fais/reports/quantities-delivered-report/run/donor/Brazil/recipient/All/year/All/cat/All/code/All/mode/All/basis/0/subtotal/0>]. Disponibilidade: 20/05/2013.